

## EMPREENDEDIMENTO SOCIAL: CONSTRUÇÃO DE ALICERCES PARA A FORMAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - MUTÁ, BAHIA

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi<sup>1</sup>  
Lilia Tavares dos Santos<sup>2</sup>  
Evelim Sousa da Silva<sup>3</sup>  
Lindinalva Ramos<sup>4</sup>

**RESUMO:** *Este artigo tem por propósito discutir ações realizadas junto à Associação dos Moradores do Mutá – AMMU, promovidas pelo Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais – GamDes, da Escola de Administração da UCSal, com o objetivo de incentivar a comunidade local a adotar medidas que possam promover o seu progresso, conciliando transferência de conhecimento e desenvolvimento local. Coloca em evidência conceitos relativos ao capital social, ao empreendedorismo social, ao desenvolvimento endógeno, e à gestão organizacional. Um novo caminho para superar as dificuldades inerentes às pequenas comunidades no estado da Bahia é a obtenção de conhecimento dos conceitos ligados à visão social e empresarial dos negócios relacionados às organizações sociais civis de interesse público. O presente trabalho pode contribuir para o processo de enriquecimento da interpretação empírica e da realidade social no que tange ao gerenciamento de empreendimentos comunitários, e também para a formação de uma proposta alternativa para desenvolvê-los.*

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo social; Capital social; Gestão organizacional.

### INTRODUÇÃO

A enorme desigualdade no Brasil do século XXI, originária do período colonial, possui especificidades modernas, fruto de contextos multifacetados, que englobam a quantidade e qualidade dos recursos e informações que cada grupo social tem acesso.

Na análise da desigualdade social no Brasil deve-se levar em conta não apenas o desequilíbrio da infra-estrutura e dos recursos técnico-financeiros disponíveis em cada grupo social, mas também a presença ou ausência de redes interativas propiciadoras de capital social no seu interior.

As comunidades localizadas no interior da Bahia, principalmente aquelas de pequeno porte, geralmente têm grandes dificuldades de acesso a recursos destinados à infra-estrutura urbana ou desenvolvimento econômico, seja pela ausência de poder político, seja pela de pessoal técnico qualificado. Assim, permanecem em desvantagem, criando grande dependência financeira em relação aos governos estadual e federal. Investimentos e prestação de serviços

<sup>1</sup> Professora, Doutoranda em Geologia Ambiental pela UFBA, Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais da Escola de Administração de Empresas da UCSal, pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Qualidade e Competitividade da Escola de Administração da UFBA, técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. E-mail: [cmmarchi@gmail.com](mailto:cmmarchi@gmail.com) - autora

<sup>2</sup> Aluna da Escola de Administração de Empresas da UCSal, participante do Grupo de Pesquisa GamDes – co-autora.

<sup>3</sup> Aluna da Escola de Administração de Empresas da UCSal, participante do Grupo de Pesquisa GamDes – co-autora.

<sup>4</sup> Aluna da Escola de Administração de Empresas da UCSal, participante do Grupo de Pesquisa GamDes – co-autora.

públicos de maneira adequada ficam limitados, e reflexos negativos no desenvolvimento sócio-econômico da região são sentidos. A consequência é o empobrecimento, e a ausência de alternativas econômicas e de geração de renda para a comunidade.

A teoria do desenvolvimento endógeno focaliza a questão regional, apresentando contribuições para a problemática das desigualdades entre regiões e instrumentos de políticas para sua correção. O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com maior notoriedade, e vem contribuindo para o estudo do “crescimento desequilibrado”, com a apresentação de novos enfoques (SOUZA FILHO, 2008). Enfoques teóricos do capital social, da organização social, do empreendedorismo social, assim como o do empoderamento serão tratados neste trabalho, visando descrever e analisar as ações desenvolvidas junto a uma pequena comunidade composta na sua maioria por marisqueiras e pescadores no interior do Recôncavo Baiano.

A confiança, junto a estes conceitos, é valor preponderante na construção de qualquer empreendimento. Porém, ferramentas administrativas, como as atividades de gestão interna de negócios, sejam sociais, sejam empresariais, é fator imprescindível. O conhecimento destas ferramentas de gerenciamento organizacional garante melhor uso de seus recursos, traduzidos em melhores indicadores de qualidade e produtividade.

Este trabalho objetiva demonstrar as ações desenvolvidas conjuntamente entre alunos de administração de empresas, ligados ao grupo de pesquisa acadêmica, e uma associação de moradores de um pequeno distrito localizado na Baía de Todos os Santos. As atividades empreendidas e suas análises podem contribuir para o processo de enriquecimento da interpretação empírica e da realidade social no que tange ao gerenciamento de empreendimentos comunitários, e também para a formação de uma proposta alternativa para desenvolvê-los.

## **ALICERCES TEÓRICOS: CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS LIGADOS AOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS**

A gestão interna é reconhecidamente uma atividade essencial para o sucesso de um negócio. O gestor ou o empreendedor social deve ter noção de como abrir o seu negócio, quais passos devem ser dados para apresentar o seu produto, quais hábitos e costumes que formam a cultura na qual está inserido, saber planejar, executar e controlar os seus projetos de maneira flexível, aproveitando oportunidades ou evitando ameaças que não possa controlar.

Ramos (1996) afirma que para um gestor desempenhar com sucesso o seu papel são necessários dois fatores básicos: a) o conhecimento da verdadeira dimensão de seu trabalho; e, b) o entendimento de conceitos e ferramentas que o ajudem no desempenho de suas atividades. Portanto, os empreendimentos sociais necessitam não só de uma adequada visão e compreensão do negócio pelos seus interessados, que também devem deter algum conhecimento sobre procedimentos, tecnicismos, tecnologias e ferramentas de trabalho.

O empreendedorismo tem a capacidade de promover transformações nas empresas e nos indivíduos. Observa-se, no entanto, que ao longo dos anos esta técnica se encontra influenciada pelas mudanças conjunturais ocorridas no seu entorno, sendo condicionada pelo contexto histórico e social no qual está inserida, tornando-se passível de novas significações.

Schumpeter (1982) introduz o conceito de empreendedor inovador, que é o agente capaz de realizar com eficiência novas combinações, mobilizar o crédito bancário e empreender novos negócios, buscando sempre oportunidades, identificando-as e aplicando-as eficientemente no processo produtivo. Porém, estas abordagens eram aplicadas de forma isolada, desconsiderando a influência do entorno da estrutura social local ou regional. Drucker (1987) reconstrói o conceito de empreendedor elaborado por Say, onde resume o papel do empreendedor como

distribuidor dos recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento, possibilitando, desse modo, maior eficiência e eficácia à economia, alcançando o equilíbrio financeiro e a maximização dos lucros e vendas.

As transformações no ambiente econômico e social das últimas décadas, com a elevação do desemprego, presença maciça de elementos como comunicação em massa, globalização, competitividade, maior organização da sociedade civil, urgência por auto-sustentabilidade econômica e produtiva para as populações excluídas e marginalizadas da sociedade, evidenciam a necessidade de surgimento de uma nova figura de empreendedor, em detrimento da perspectiva econômica, individualista e comportamental difundida. É necessário que se reconheça a existência de um ambiente favorável à dinâmica do negócio a ser empreendido, alicerçado no acúmulo e aumento de valores relacionais que compõem o ativo intangível da comunidade, como capital social, confiança e cooperação.

Na abordagem conceitual sobre capital social a referência aos autores pioneiros na elaboração e difusão deste conceito é imprescindível. Para Bordieu (1980), capital social é o conjunto de recursos ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento, ou seja, à vinculação a um conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Assim, o capital social está associado a um estoque de recursos que serve de base para ações coletivas em prol de objetivos comuns, onde o volume de capital social que um agente possui depende da extensão de redes de relações que ele pode mobilizar.

Coleman (1990), afirma que o capital social não se encontra tão somente nos indivíduos, mas nas relações entre eles, aumentando os recursos disponíveis. O capital social enfatiza o fato de que formas e relações não-monetárias podem ser importantes fontes de poder e influência, e pode assegurar o desenvolvimento físico, econômico e humano com condições de atrair recursos para o bem-estar coletivo. Este capital quanto mais usado, maior se apresenta.

Fukuyana (1996) aborda valores como confiança e cooperação, manifestadas nas ações do grupo. Para o autor, o capital social refere-se à capacidade das pessoas trabalharem em conjunto para o alcance de causas comuns. A capacidade de associar-se depende do grau de partilha das normas e valores entre indivíduos, e da capacidade destes de subordinarem seus interesses individuais aos coletivos.

Alicerçado nas idéias de Fukuyana, Putnam (1993) atribui à confiança como elemento fundamental para a compreensão do capital social, considerando que seus estoques são compostos por valores e normas que tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente, colaborando, assim, para a construção de uma comunidade cívica baseada em elevados níveis de confiança e cooperação. O autor evidencia que os níveis de capital social determinam o seu desenvolvimento social, influenciando na eficiência da sociedade. Dessa forma, pode-se afirmar a existência de uma relação intrínseca entre prosperidade econômica, social e política de uma sociedade no nível de associativismo, confiança e cooperação.

Jará (2000) considera que a confiança pode ser compreendida como uma relação entre pessoas ou grupos nas quais as partes compartilham suas capacidades e esforços, passando a se tratar como iguais. O autor corrobora com a idéia de que o capital social depende do grau de confiança e cooperação entre os participantes de uma comunidade.

Casaroto Filho (2001) conclui que não há uniformidade nos conceitos de capital social, o que há em comum é a reflexão em torno das novas ações estratégicas para o desenvolvimento local com foco no crescimento “endógeno”, capaz de criar condições locais para o seu desenvolvimento. Estas condições são provocadas por um esforço, ou onde as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência de sua habilidade competência para produzir, criar e gerir.

Apesar de diferenciações conceituais, as abordagens estudadas coincidem na idéia de que a permanência do capital social depende da atividade contínua das relações de conhecimento entre indivíduos.

Em resposta às transformações ocorridas no ambiente econômico brasileiro das últimas décadas, cujo desenvolvimento local apresenta-se como alternativa possível para a superação das desigualdades regionais e mazelas sociais, devem-se considerar as peculiaridades regionais e culturais de cada região como forma de resgate e reafirmação, aliada à sua capacidade produtiva potencial, permitindo a comunidade alcançar sua sustentabilidade econômica. Esse novo modelo de desenvolvimento exige a utilização da estratégia de endogenização, baseada em atores locais para alimentar um ambiente favorável à sua dinâmica. Segundo Amaral Filho (1995) o desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da capacidade de geração a agregação de valor sobre a produção e a capacidade de absorção da região.

A estratégia de endogenização para o desenvolvimento local deve estar alicerçada no acúmulo e aumento de valores relacionais, que compõem o ativo intangível da comunidade, fruto da constante troca de experiências e conhecimento entre os atores locais, como: capital social, confiança e cooperação. Assim, durante o processo de desenvolvimento ocorre um fortalecimento dos laços entre os atores, que permitirá uma extensão e a diversificação de suas redes sociais favorecendo ao adensamento dos laços internos e externos.

## **APOIO À CONSTRUÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM UM PEQUENO DISTRITO NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS**

Percebendo a oportunidade de trabalhar em um projeto promissor, o Grupo de Estudos da Escola de Administração da UCSal intitulado “Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais - GamDes”, articulou uma parceria com moradores do distrito de Mutá, Jaguaribe visando difundir os conhecimentos que vem produzindo, de forma a contribuir com a transferência dos conceitos estudados para a implantação de uma associação de moradores e construção de capital social inserido em um contexto organizacional não tradicional, onde a base seria a participação organizada da comunidade.

No mês de outubro de 2007 iniciaram-se os trabalhos para legalização da Associação dos Moradores do Mutá - AMMU. Em um primeiro encontro, promovido pelo GamDes, a capacidade de buscar respostas para possíveis desafios que o grupo de moradores enfrentava estava nos debates e análises sobre o ambiente em que estavam inseridos, e o elemento de partida foi o entendimento sobre a cultura local, respeitando-a e estimulando os participantes a analisar a economia da região, e a descobrir o seu papel dentro do desenvolvimento do seu entorno. Ficou combinado que os futuros integrantes da Associação, que participavam das atividades, além de discutir soluções para os problemas locais iriam buscar tecnologias sociais<sup>5</sup> apropriadas à preservação da saúde e geração de renda.

Em reunião plenária entre representantes do GamDes e moradores do distrito foram estabelecidas duas etapas de procedimentos, tais como:

---

<sup>5</sup> Neste trabalho será utilizado o conceito de “tecnologias sociais” no sentido amplo dado por Paul Singer: aquelas tecnologias que promovem a inclusão social e que compreendem produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social, ou seja, disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas.



1 - Etapa Legal: caminho para a legalização e implantação de uma Organização Social Civil de Interesse Público<sup>6</sup>, ou seja, metas foram estabelecidas para a elaboração do estatuto, o registro da organização em cartório, e a inscrição junto aos órgãos estaduais e municipais;

2 - Etapa de Planejamento e Organização: a) criação de uma logomarca; b) elaboração de um projeto – o Leite Amigo, que projetasse a organização e que permitisse a construção de valores, como confiança, trabalho em equipe, além da geração de renda, fortalecendo a organização e seus laços internos; c) busca por cursos e oficinas que pudessem contribuir para a construção de propostas que ajudassem o desenvolvimento das ações previstas pela organização; d) elaboração do planejamento estratégico da AMMU, com a finalidade de buscar respostas para possíveis desafios que pudesse enfrentar; e) aplicação de uma pesquisa de campo junto às associadas beneficiadas pelo projeto Leite Amigo, visando aferir o nível de comprometimento e confiança angariado.

## RESULTADOS

Em janeiro de 2008 foi dada a partida para a legalização da AMMU. Os futuros dirigentes, assessorados pelo GamDes e por um advogado, elaboraram o estatuto que contemplava todas as normas de administração que iriam reger a associação, e o registraram em cartório. Também foi necessária a inscrição da entidade junto à Prefeitura de Jaguaripe e ao governo do estado.

Com a legalização promovida, em fevereiro de 2008, foram criadas as logomarcas da AMMU e do Projeto Leite Amigo (V. Fig 1.0 e 2.0). Estas duas ações foram planejadas com a finalidade de criar um envolvimento na comunidade, projetando valores como união e trabalho em equipe, e visando angariar “confiança”, tão necessária para a consecução dos objetivos deste tipo de empreendimento.



Figuras 1.0 e 2.0 – Logomarcas da AMMU e do Projeto Leite Amigo

O Projeto Leite Amigo foi elaborado conjuntamente, entre a equipe do GamDes e os dirigentes da AMMU. O objetivo deste projeto é fornecer durante um ano (de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2009) uma cesta de alimentação mínima para crianças de 0 a 2 anos. Estas crianças devem morar no distrito do Mutá, Jaguaripe, e seus pais não terem, comprovadamente,

<sup>6</sup> Organizações ligadas ao Terceiro Setor serão consideradas neste trabalho como: OS (Organizações Sociais), que possuem um contrato de gestão com o Estado tendo metas de atuação e prazo definidos, e que presta contas ao Tribunal de Contas, pois é financiada por recursos públicos; OSCIP (Organização Social Civil de Interesse Público) que pode ser financiada por subvenções públicas para fins sociais, mas não tem meta de atuação pública definida pelo Estado; Associações; Sindicatos e Cooperativas, dentre outras.

renda suficiente para proporcionar os nutrientes mínimos para seu crescimento saudável. Um outro propósito do projeto seria o entrosamento permanente entre as famílias beneficiadas e a AMMU. Durante o acompanhamento e controle deste projeto, outras ações poderão ser implementadas, colaborando para a edificação de valores como parceria e confiança.

Em abril de 2008 foi promovido pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco o Seminário intitulado Gênero e Captação de Recursos para Geração de Renda. Alunos do GamDes e dirigentes da AMMU participaram deste evento com o propósito de adquirir novos conhecimentos que fortalecessem trabalhos futuros. Em maio, um outro encontro foi oferecido pelo Banco do Nordeste, uma palestra sobre captação de recursos para pequenos empreendimentos. Participaram desta exposição a presidente e a secretária da Associação e um aluno do GamDes. A partir destas apresentações, surgiu a necessidade da elaboração do Planejamento Estratégico da AMMU.

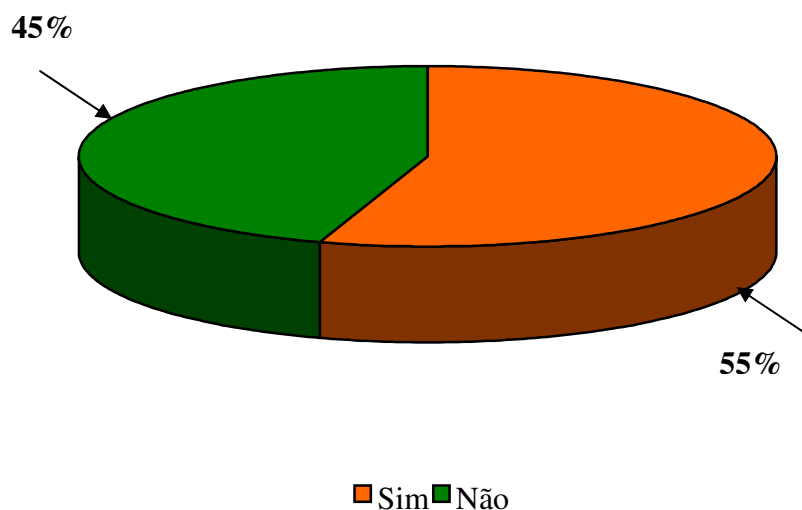
Em maio de 2008, um encontro foi agendado na sede da AMMU entre os dirigentes e os alunos do GamDes para elaboraram o planejamento estratégico. Algumas palestras sobre cooperativismo e ferramentas de gestão foram apresentadas pelos alunos. As exposições ocorreram de maneira informal, para estabelecer uma integração entre os grupos e quebrar possíveis barreiras existentes entre o saber acadêmico e o saber popular. Foi utilizada uma linguagem coloquial, permitindo maior participação dos envolvidos. Assim, muitos se sentiram a vontade para expor seus pontos de vista, desejos, sonhos e planos futuros para si e para a comunidade. Depois, o debate sobre o planejamento estratégico aconteceu, e o resultado está demonstrado no Quadro 1.0.

**QUADRO 1.0 – Resultado do Planejamento Estratégico da AMMU**

<b>VALORES</b>			
Ética; Solidariedade; Transparência; Compromisso; Responsabilidade; Confiança; Honestidade e União.			
<b>VISÃO</b>			
Ser o principal parceiro da comunidade nos próximos três anos. Ser referência de associação sustentável, acessível e comprometida com a sociedade, tendo como foco a responsabilidade social. Atingir o reconhecimento e credibilidade da comunidade local, promovendo e estimulando a ética, a cidadania e a solidariedade, através de ações junto às áreas da educação, da cultura e do meio ambiente.			
<b>MISSÃO</b>			
Ser uma entidade que promove consciência ambiental, conservação e preservação dos recursos naturais e geração de renda, buscando a excelência na qualidade de vida do morador do distrito do Mutá, por meio do estímulo à cidadania e responsabilidade social.			
<b>PONTOS FORTES:</b> Projeto Leite Amigo; sede; legalização; assessoria da UCSal; financiamento para o Projeto Leite Amigo; contatos para elaboração de outros projetos junto ao governo estadual.			
<b>PONTOS FRACOS:</b> Ausência de recursos financeiros e de infra-estrutura; falta de assiduidade ou pontualidade da diretoria nas reuniões; desconfiança entre os membros da diretoria; desligamento de alguns diretores da AMMU; falta de comunicação entre a diretoria.			
<b>OPORTUNIDADES:</b> Ambiente político favorável a empreendimentos sociais, melhoria na educação do município de Jaguaripe, crescimento econômico do país.			
<b>AMEAÇAS:</b> Envolvimento político partidário, falta de engajamento dos moradores, e insucesso de outras associações criadas anteriormente.			
<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>			
O que	Quando	Quem	Como
1. Promover a geração de trabalho e renda comunitários, aproveitando o Projeto Leite Amigo.	Agosto de 2008	Mira e Joca	1. Busca de novas parcerias e financiamentos; 2. Fortalecimento dos laços com o GamDes; 3. Ensino de práticas produtivas de valor cultural e econômico, nas áreas de educação, arte, cultura e meio ambiente em parceria com a Secretaria de Turismo de Jaguaribe;
2. Ampliar a Associação	Agosto de 2008	Raimundo e José	1. Divulgar os benefícios que a AMMU promove; 2. Identificar novos associados; 3. Implementar novos benefícios para os associados;
3. Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural	Setembro a dezembro de 2008	Eloísa e Mira	1. Elaborar o Projeto de Ano Novo da “Barquinha”; 2. Contratar músicos; 3. Envolver a comunidade no projeto.

Uma última atividade foi implementada, a aplicação de uma pesquisa de campo. Em junho de 2008, foi aplicada uma pesquisa direta onde 46% das mães beneficiadas pelo Projeto Leite Amigo responderam. O objetivo da pesquisa foi revelar para a AMMU o grau de confiança e disposição de trabalho em equipe destas associadas.

As mães que responderam aos questionários têm em média 3 filhos; 100% não tem emprego e 64% está na faixa de idade entre 24 a 30 anos. Os resultados demonstraram que 91% destas associadas estão dispostas a trabalhar em grupo. Apesar de estarem plenamente satisfeitas com o andamento do Projeto Leite Amigo, 45% acredita que não houve aproximação entre as beneficiárias deste Projeto (V. Figura 3.0).



**Figura 3.0 - Gráfico da AMMU - Mutá – Grau de aproximação entre beneficiárias do Projeto Leite Amigo**

Muito embora apresente considerável grau de aproximação, o grupo constituído pelas beneficiárias do Projeto não oferece as condições necessárias para trabalhar em um negócio vinculado ao social, e obter os resultados programados. Devido às dificuldades deste tipo de negócio, sabe-se que é preciso mais do que metade das pessoas envolvidas em projetos sociais estarem estimuladas e unidas em um único propósito, além de deterem algum conhecimento técnico.

Quando questionadas se confiavam em outras associações do mesmo distrito, 90% respondeu que não. Este dado é preocupante, pois experiências anteriores de insucesso podem marcar negativamente expectativas e projetos futuros, dificultando a cooperação. A ausência de cooperação, em prol da competição, pode prejudicar o compartilhamento do conhecimento e sensibilização dos atores sobre a importância do trabalho cooperativo em rede.

## CONCLUSÃO

O AMMU iniciou sua formação na final de 2007, a partir do desejo de criar novos caminhos para a comunidade local. Esse procedimento vem, lentamente, sendo absorvido por outros moradores, e tem como primeiro produto o Projeto Leite Amigo, beneficiando 24 crianças de baixa renda. No entanto, atualmente, o seu objetivo principal não é somente implementar e acompanhar projetos assistencialistas, busca alternativas para geração de renda e para melhoria na infra-estrutura de serviços públicos locais.

A partir da identificação do diagnóstico dos fatores inibidores e estimulantes, e das ações planejadas, e conhecendo o que pensam as pessoas envolvidas no projeto em andamento, a diretoria da AMMU, junto com seus parceiros, precisam participar do esforço na busca da



ampliação da sua rede de contatos, principalmente com outras associações e instâncias governamentais, fomentando a cooperação entre grupos, gerando efeitos como clima mais positivo, e visão menos individualista dos atores. A entrada de novos parceiros é elemento que permite a ampliação do arranjo, no entanto é importante ressaltar que pode também gerar maior diversificação de idéias, opiniões e interesses, trazendo conflitos. Por este motivo que confiança e cooperação são tão necessárias.

Deve-se ressaltar a influência do GamDes – UCSal como agente externo, visto que o mesmo atuou no planejamento e elaboração de projetos, e como principal fomentador do Planejamento Estratégico, permitindo o aprofundamento teórico e prático para os seus participantes, oferecendo consultorias técnicas e de gestão, cursos de capacitação, incentivos aos eventos culturais, além de outras ações. Esta parceria foi, e está sendo processo permanente de aprendizagem mútua.

Para Dowbor (2004), a sociedade civil deve deixar de ser fornecedora de informação e passar a ser adequadamente informada para que possa participar ativamente das decisões sobre os seus destinos. Afirma que inúmeras experiências de gestão local, de inovação tecnológica, de dinamização de pequenas e médias empresas, de expansão da economia familiar, de promoção de emprego através de iniciativas da sociedade civil organizada e de poderes locais, continuam relativamente pouco conhecidas, e permanecem freqüentemente isoladas, quando poderiam ter um impacto muito maior na economia como um todo.

Esse princípio vem sendo observado pelo GamDes, que não só recebe as informações das comunidades estudadas para aprendizado interno, mas retribui e interage por meio da ajuda técnica promovida. Para a sociedade como um todo, o GamDes busca repassar os seus estudos, práticas e achados, na tentativa de colaborar, minimamente, para a construção de uma sociedade mais justa.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Le capital social: notes provisoires**. In: Actes de la recherche en sciences sociales n. 31. jan. 1980

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L H. **Redes de Pequenas Empresas e Desenvolvimento Local**. Editora Atlas. SP, 1998.

COLEMAN, J.S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge MA: Harvard University Press. 1990.

DOWBOR, Ladislau. **Redes de Apoio ao Empreendedorismo e Tecnologias Sociais**. PUC. São Paulo. 23 de Novembro de 2004. Disponível em: <http://www.dowbor.org/> Acesso em 25 mai.2006.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

FUKUYAMA, F. **Confiança**. Lisboa: Gradiva .1996.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2001.

MARCHI, Cristina D. F. **A Contribuição do Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Central de Sistemas de Saneamento Auto-**

**Sustentáveis.** In: Anais do X Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador, 2006. Anais: “Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios”.

PUTNAM, R. **The prosperous community: social capital and public life.** The American Prospect, vol.4, issue 13. March, 21. 1993b.

RAMOS, Paulo B. **A gestão de organização de unidades de informação.** Revista Ciência da Informação. Vol. 25, número 1, 1996 (Artigos).

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA FILHO, J.R. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação** Disponível em <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html> Acesso em 09/07/2008